

## **A IMPLANTAÇÃO DA REDE IUS E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

*Jair Marques de Araújo\**  
*Mariluce Bittar\*\**

Recebido em: 06 set. 2011    Aprovado em: 24 set. 2011

\*Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco; Reitor do Centro Universitário UNISALESIANO, Araçatuba, SP, Brasil. E-mail: reitor@unisalesiano.edu.br

\*\*Dra. em Educação. Professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Coordenadora do Grupo de estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPE). Editora da Série-Estudos (UCDB) e Membro da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Educação (RBE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: bittar@ucdb.br

Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar a evolução institucional da Rede das Instituições Salesianas de Educação Superior – Rede IUS, no período de 1997 a 2007 no contexto das políticas mundiais neoliberais para a educação superior, procurando explicitar as influências desse contexto para a organização e definições políticas da Rede IUS.

Palavras-chave: Política de Educação Superior. Instituições Salesianas. Ideologia Neoliberal.

## **IUS NETWORK IMPLEMENTATION AND THE LIBERAL POLICIES FOR HIGHER EDUCATION**

**Abstract:** This article has an objective to analyze the institutional evolution of the Network from Salesian Institutions of Higher Education- IUS Network in the period 1997 to 2007 within the context of world neo-liberal policies for higher education and explains the influences its context for the organization and political definitions from IUS Network.

**Key words:** Higher Education Policy. Salesian Institutions. Neoliberal Ideology.

### **INTRODUÇÃO**

Denomina-se Rede IUS ou Rede Internacional das IUS a formação de um conglomerado internacional composto pelas Instituições Salesianas de Educação Superior – IUS que são ligadas à Igreja Católica, mais especificamente à Congregação Salesiana, associação religiosa católica fundada em 1864 pelo sacerdote italiano João Melchior Bosco que tem como missão principal atuar na educação formal e informal da juventude. Esse artigo tem como objetivo reconstituir e analisar os principais momentos e decisões históricas que corroboraram na criação da Rede IUS. Nesse sentido destacam-se a atuação do Reitor Mor da Congregação Salesiana Padre Juan Edmundo Vecchi (1998); a realização das primeiras assembléias, a definição do Programa Comum I e a instauração de um amplo processo de conhecimento da realidade situacional de cada uma das Instituições Salesianas de Educação Superior – IUS que culmina com a construção do documento “IUS Report” e do “Diagnóstico”, fundamentais para a compreensão das origens, desenvolvimento e expansão das IUS. O artigo objetiva ainda estabelecer um paralelo entre o processo de criação e

expansão dessas instituições e a decisão de implantar uma Rede IUS com as recentes tendências para as políticas de educação superior.

## **AS ORIGENS HISTÓRICAS E A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES SALESIANAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IUS)**

Ao longo de suas primeiras décadas de fundação, a Congregação foi expandindo sua presença pelo continente europeu e, em seguida, para as Américas, Austrália, Ásia e África, de tal maneira que a Congregação no início do século vinte já desenvolvia suas atividades nos cinco continentes, assumindo uma dimensão mundial.

Até o ano de 1934, suas atividades restringiam-se às escolas básicas e secundárias e à educação profissional. O ano de 1934 representou um marco de mudança nesse contexto: os salesianos da Índia fundaram a primeira instituição salesiana de educação superior em Shillong, denominada “St Anthony’s College” (IUS, 2001a, p. 12).

No gráfico a seguir, pode-se observar o surgimento dessas instituições ao longo das décadas e seus percentuais de crescimento em cada uma delas. Percebe-se que o maior crescimento percentual ocorre da década de 1980 para a década de 1990, sessenta e cinco por cento.

ISTITUZIONI UNIVERSITARIE SALESIANE: data di fondazione

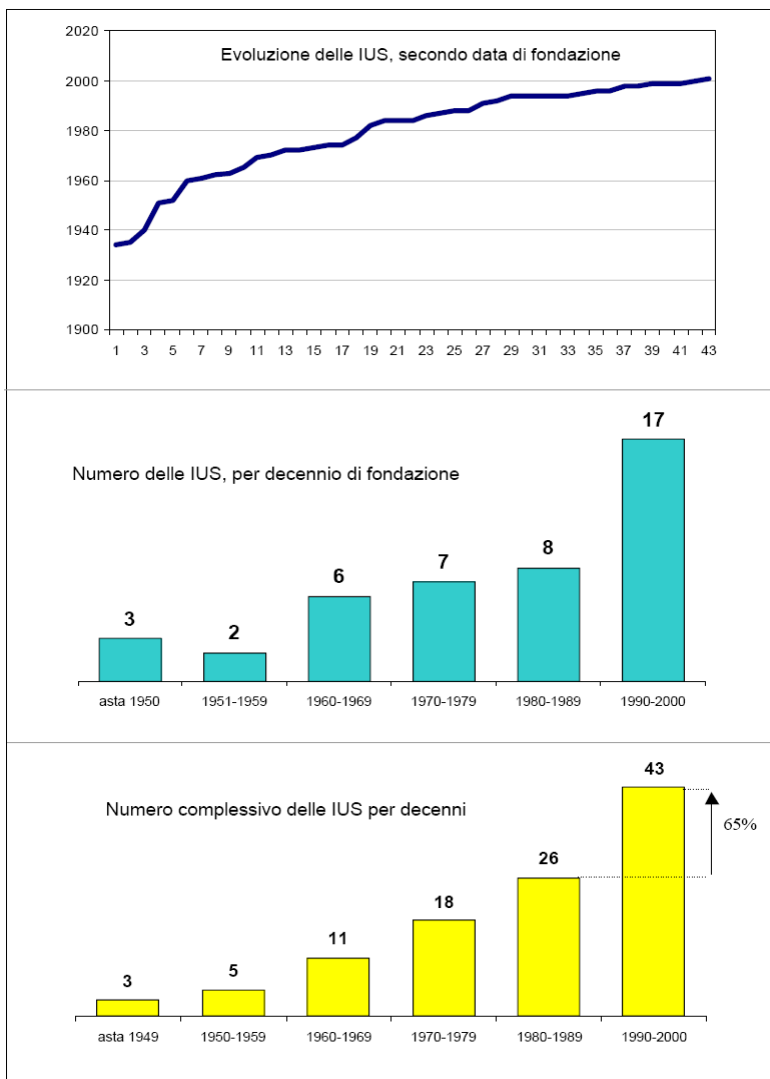


Gráfico 01 – *Evoluzione delle IUS, secondo data di fondazione.*  
 Fonte: IUS (2001b, p. 300).

O crescimento acelerado dessas instituições é uma das razões alegadas nos documentos “IUS Report” e “Diagnóstico” para que a Congregação desencadeie um processo de análise e conhecimento desse fenômeno no conjunto de suas obras e atividades. O crescimento é “excessivamente rápido” em duas frentes: número de instituições e número de alunos. Trata-se de um desenvolvimento precário, “[...] com frequência sem fundamentos suficientes de projeto, de recursos humanos e econômicos” (IUS, 2001a, p. 5). Ao acusar essa precariedade institucional, o Diagnóstico chama a atenção para a necessidade de um futuro desenvolvimento organizacional por meio da gestão adequada. Em relação aos alunos, o grande número deles nas instituições quebra uma das características do método educacional da Congregação: a atenção e o conhecimento personalizados do aluno.

A precariedade refere-se também à inexperiência da Congregação no campo universitário diante das exigências específicas da educação superior e a consideração dos recursos humanos e econômicos disponíveis para fazer frente às exigências desse campo. Por outro lado, os dois documentos insistem em afirmar que, entre as características desse crescimento, ressalta-se que ele não foi planejado nem pelo núcleo central da Congregação, nem pelas províncias nacionais ou regionais da Congregação:

Este fenômeno ocorreu de uma maneira tão espontânea e isolada que até o momento da elaboração deste informe não se teve conhecimento generalizado do mesmo na Congregação, nem tão pouco de suas reais dimensões. Nossa conclusão comprovada é que não houve de fato nenhum planejamento e previsão por parte do governo central da Congregação, nem tão pouco regional-interinspetorial, e, às vezes, nem sequer local-inspetorial (IUS, 2001a, p. 5).

Não houve, portanto, nenhuma coordenação nem organicidade no desenvolvimento dessas instituições. Mais ainda, afirmam os mesmos documentos, até então havia um desconhecimento e falta de dados sistematizados sobre essas instituições e sobre esse fenômeno novo na Congregação:

Diante desse fenômeno tão particular devemos nos perguntar: qual a razão para o deslocamento das atividades educacionais salesianas dos níveis primários e secundários para o nível superior? É resposta a algum projeto coordenado ou a um plano geral anteriormente estabelecido?... A partir dos dados utilizados no Relatório temos que concluir que nem no governo central nem nos governos nacionais e regionais houve qualquer planejamento para a coordenação desse desenvolvimento. Ainda mais, durante muito tempo houve um desconhecimento desse fenômeno e de suas dimensões (IUS, 2001b, p. 17).

A precariedade do desenvolvimento refere-se, portanto, à falta de planejamento e gestão adequados às atividades da educação superior. Não obstante, é preciso notar que até então, o modo de proceder da Congregação para essa área como para as demais atividades nunca foi centralizado no sentido de uma política única nem em termos de planejamento. Houve sim, nos avanços territoriais da Congregação pelo mundo sempre uma organização de seus projetos missionários e de evangelização. Porém não há uma tradição de planejamento minucioso com escalonamento dos tipos de instituições a serem criadas nos locais onde esteja presente. Essas são frutos das interações entre a própria experiência da Congregação e as sociedades onde estão situadas. Portanto a observação do “Diagnóstico” como do “IUS Report” que acusam falta de planejamento e desconhecimento central sistemático sobre a realidade das IUS refere-se não só às IUS, mas também a outras áreas da Congregação e revelam um modo de proceder descentralizado onde as

comunidades regionais e locais possuem certa autonomia em seu modo de se organizar, mesmo localmente.

Em outras palavras, planejamento e articulação mundial, em termos de administração sistemática para todas as operações e estratégias da Congregação, sejam na educação superior sejam em suas iniciativas mais antigas, nunca de fato existiram. Trata-se de uma novidade trazida por essa iniciativa de constituir a Rede das Instituições Universitárias Salesianas – Rede IUS, sendo essa a primeira experiência da Congregação em termos de estabelecer e constituir, em suas atividades, um padrão administrativo orgânico de cunho internacional. O modo de proceder até então foi sempre de unidade em termos de princípios maiores como o Sistema Preventivo que caracteriza o método pedagógico da Congregação e a Espiritualidade que dá a maneira de vivenciar o cabedal religioso da Congregação em sua atuação educacional e de evangelização.

Cabe ressaltar que essas instituições são muito variadas em termos de classificação universitária. Existem universidades, faculdades afiliadas a universidades, faculdades isoladas e instituições que oferecem estudos de caráter superior, mas não conduzem a títulos universitários reconhecidos. Sob a sigla IUS – Instituições Universitárias Salesianas, reúnem-se, portanto, instituições de diferentes status acadêmicos e, de certa forma, o termo IUS é inapropriado nesse sentido. Porém, o que se desejou com a adoção dessa nomenclatura é o de reunir todas as instituições mantidas pela Congregação a fim de se dar a elas uma identidade internacional e empreender o que se traçou no Programa Comum I: constituir a Rede Internacional das IUS e direcionar um processo amplo de reflexão e planejamento. Sobre essa complexidade e também essa dicotomia interna assim se manifesta:

O termo IUS é usado para designar um conjunto de instituições diferenciadas pelo nível de estudo que oferecem e pelos títulos acadêmicos que conferem: algumas, estudos superiores ou universitários com os títulos correspondentes; outras, estudos terciários não universitários. O uso de certa maneira forçado e até incorreto desse termo pode criar confusão; porém é justificado por uma razão pragmática: como um ponto de partida pra iluminar uma realidade complexa, desconhecida em seu desenvolvimento internacional. Por isso decidiu-se ser melhor não excluir nenhuma instituição acadêmica que trabalhe com níveis superiores de educação cujo desenvolvimento e realização normalmente se dá em uma universidade (IUS, 2001b, p. 19).

Esses termos requerem algumas explicações: as universidades, compreendidas em termos clássicos, compõem 11 instituições; as faculdades afiliadas a universidades estão ligadas e subordinadas a uma universidade, mas possuem certa autonomia e são 23. Essa figura jurídica não existe no Brasil, mas no total das IUS elas possuem grande peso, pois perfazem cinquenta e três por cento do seu total. As faculdades isoladas formam uma personalidade jurídica exclusiva do Brasil e são quatro. As instituições de estudos terciários ou superiores que não conduzem a títulos reconhecidos são as mais difíceis de compreensão. O “IUS Report” assim se manifesta sobre esse grupo:

As instituições de nível terciário não-universitário formam o menor grupo: cinco no total. Quatro delas são centros de estudos com carreiras particularmente centradas na formação de professores, porém não exclusivamente. A quinta é um instituto técnico de nível superior (IUS, 2001b, p. 21)

Dessas cinco instituições de nível superior não universitárias, quatro estão localizadas na Argentina e uma no Peru. Nota-se que não há menção à figura dos Centros Universitários, exclusividade do Brasil. Mesmo assim a Congregação mantém no Brasil dois desses: um com sede em Americana, estado de São Paulo, e outro com sede em Lins, também em São Paulo. Registra-se que o centro universitário de Americana está contado entre as



onze universidades, certamente porque possui autonomia e também desenvolve pesquisa, tendo programas de mestrado.

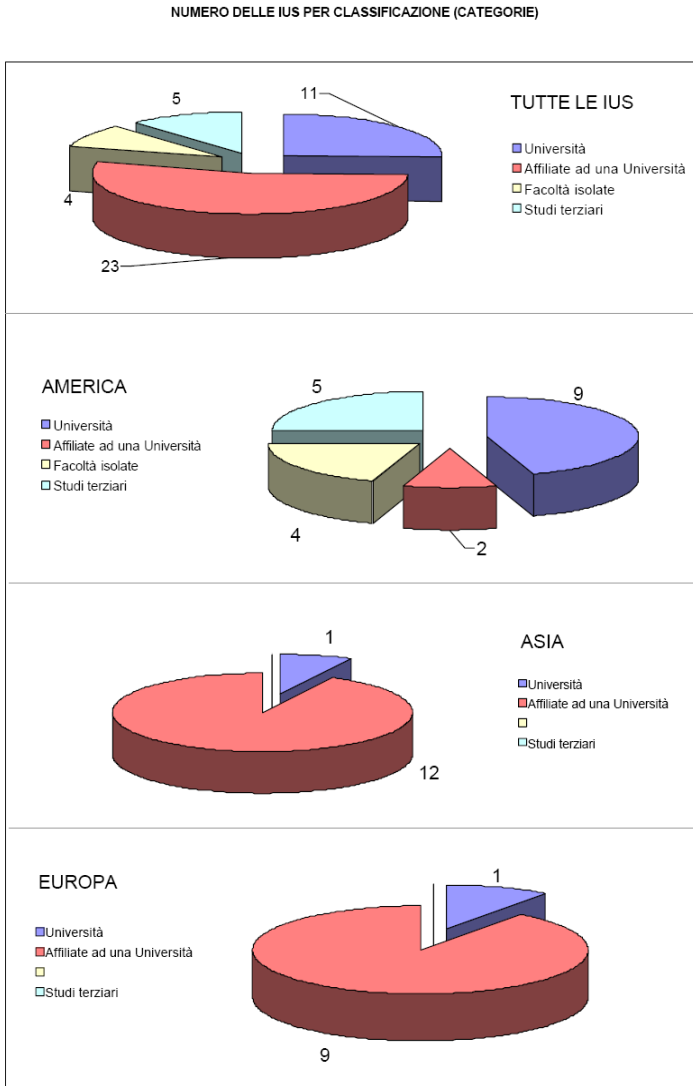


Gráfico 02 – Numero dele IUS per classificazione (categorie).  
 Fonte: IUS (2001b, p. 301).

Essa distribuição revela que as IUS são marcadamente instituições que estão fora do conceito tradicional de universidade. Apesar da existência de onze universidades, a predominância é de faculdades isoladas, uma vez que se entende o termo “faculdades afiliadas” designador de instituições semelhantes às faculdades isoladas conhecidas no Brasil. Isso acaba por condicionar o desenvolvimento de tais instituições do ponto de vista acadêmico clássico, especialmente em termos de pesquisa e extensão. Não obstante, há que se reconhecer que é considerável o número de universidades propriamente ditas, comprometidas, portanto, com a construção do conhecimento em termos clássicos de ensino, pesquisa e extensão. Porém, nem todas essas universidades realizam pesquisa. Duas delas, perguntadas se realizam ou não pesquisa, responderam que não (IUS, 2001b, p. 32).

Apesar das dificuldades, existem elementos propícios uma vez que, mesmo não sendo todas as IUS, trinta e uma delas declararam realizar pesquisa; apenas nove não a realizam (entre elas as duas universidades!); 64% realizam pesquisa em áreas definidas pela instituição o que demonstra a existência de pesquisa institucionalizada, o que é positivo; além dessas, dez realizam pesquisa também em áreas de livre escolha de seus pesquisadores e seis realizam pesquisa somente em áreas de livre iniciativa dos pesquisadores (IUS, 2001b, p. 32-33; 191).

Outro campo de atividade acadêmica a se verificar é o da extensão. Vinte e nove das 43 IUS realizam atividades de extensão. Destas, 23 realizam atividades definidas previamente pela instituição sendo, portanto, atividades institucionalizadas e projetadas. Quatro realizam atividades de livre iniciativa dos promotores e cinco combinam atividades previamente definidas e de livre iniciativa. As atividades são relacionadas aos cursos e ligadas aos seus currículos ou são mais voltadas para as necessidades das

comunidades locais ou regionais. São desenvolvidas para atender instituições civis, eclesiásticas ou públicas ou para atender as comunidades. As iniciativas mais expressivas são as de cunho social que visam estabelecer intervenções para atender demandas de comunidades carentes, via formação e treinamento (IUS 2001b, p. 34-35).

Ainda em relação ao gráfico 02, observa-se que as universidades da Rede IUS estão em sua maioria absoluta localizadas na América - nove, uma na Europa e uma na Ásia. Não são universidades de países centrais e, portanto, não são protagonistas na elaboração das políticas mundiais para a educação superior e também não estão entre as universidades mundialmente mais reconhecidas por sua produção acadêmico-científica. Por isso pode-se afirmar que tanto pela localização, já que em sua maioria as IUS estão nos países periféricos, seja pelo perfil institucional, uma vez que a maior parte é composta por instituições isoladas, a Rede IUS é caracterizada por um perfil secundário no contexto internacional e insere-se nesse contexto com todas as conseqüências inerentes ao seu perfil secundário e às políticas construídas para a educação superior.

Isso não descredencia as IUS. Muitas delas têm papel preponderante nas regiões em que estão inseridas. Ao atribuir a essas instituições um papel secundário no contexto global pretende-se chamar a atenção para as conseqüências de sua localização em países periféricos e para a pouca tradição das mesmas, visto que a maior parte foi criada ao longo das duas últimas décadas. Trata-se, por isso, da constituição de uma rede de instituições de educação superior presentes em sua maioria nos países periféricos, não sendo centros de produção de conhecimento altamente especializado; são instituições voltadas para o ensino e a

profissionalização e apenas uma pequena parcela produz pesquisa e extensão.

### **A Expansão da IUS e as Políticas para a Educação Superior**

O período em que se expandem as IUS coincide com o aprimoramento e a execução das políticas privatistas para educação superior, especialmente para a sua expansão nos países capitalistas periféricos. Essa expansão diversificou sistemas tanto do ponto de vista da tipificação das instituições como também no que se refere ao aumento da presença privada na educação superior. É o que acontece, por exemplo, no Brasil, como consequência da política mundial para a educação superior construída em organismos como UNESCO, BID, Banco Mundial e nos blocos econômicos como União Européia, Alca, Mercosul, sendo que nas definições dessas políticas assumem a liderança o ponto de vista dos países capitalistas centrais defensores dos interesses do capital internacional.

Nesse período, mais especificamente o compreendido entre os anos de 1996 e 2001, no Brasil ocorre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pelo Congresso Nacional – Lei 9394/1996. Os anos que se sucederam foram marcados pela gestão do então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), atuando decididamente para a diversificação da educação superior brasileira, com acentuada tendência de abertura para a iniciativa privada de cunho empresarial, passando, esta, a deter o maior número de alunos e de IES.

Ao analisar os dados do Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre número de matrículas e sua

distribuição de acordo com a natureza jurídica das instituições e confrontá-los com os dados fornecidos pela Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), Bittar (2006, p. 283), considerando como “estritamente comunitárias” as filiadas à ABRUC, conclui que as instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas detêm apenas 14% do total de matrículas do setor privado que, por sua vez, em seu conjunto, possui 70% do número de matriculados na educação superior do Brasil, ficando o setor público com os 30% restantes.

Ristoff (2006, p. 39) também caracteriza o sistema de educação superior brasileiro como “altamente privatizado”, indicando, a partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2004, que 90% das instituições que compõem o sistema são privadas. Os números de 2005 confirmam a tendência: segundo dados do Censo da Educação Superior de 2005, o Brasil conta com 2165 instituições de educação superior, sendo 231 públicas e 1934 privadas. Estas se subdividem em 1520 privadas empresarias e 414 privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas, das quais apenas 52 são filiadas à ABRUC (INEP, 2005).

De ambas as análises conclui-se que a expansão do sistema de educação superior ocorreu pela via privada empresarial e que as IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas propriamente ditas representam uma pequena parcela, a menor, do dito sistema. Isto significa que a forte expansão do setor na década de 1990 é resultado de uma política mercantilista para a educação superior, vista como um bem de consumo.

Outra marca na análise de Ristoff (2006, p. 40) é que o setor privado acabou por seguir a via mais fácil à sua expectativa de lucro: as muitas instituições de educação superior criadas na década de noventa são instituições isoladas, descomprometidas com a pesquisa e, portanto, com

uma visão incompleta de construção do conhecimento. Apenas 8,4% do sistema são constituídos por universidades. Configura-se, destarte, um “[...] sistema de Ensino Superior centralizado, privatizado, diversificado, elitista e excludente, aparentemente grande, mas extremamente pequeno para as dimensões do Brasil” (RISTOFF, 2006, p. 40). Essa análise coincide com o perfil da Rede IUS uma vez que seja no Brasil seja no seu conjunto, a Rede IUS é constituída em sua maioria por instituições isoladas e não por universidades. É o que se pode constatar no diagnóstico:

Mesmo as IUS que desenvolvem mais e melhor a pesquisa e a produção científicas reconhecem que há muito a se fazer para adquirir níveis aceitáveis de qualidade e para se destacar com identidade própria em algum campo. A maior parte das IUS não se colocou seriamente a questão da pesquisa e da produção científicas, dedicando todas suas energias à docência e à transmissão de conhecimentos. Por isso registramos o grande déficit das IUS no que, na melhor tradição da universidade, representa sua primeira e mais genuína tarefa: a investigação científica (IUS, 2001a, p. 10).

O movimento privatista-empresarial na educação superior liga-se ao contexto de “mundialização do Capital”. Chesnais (1996, p. 12-15) indica essa fase como uma nova configuração do capitalismo, com padrões próprios de acumulação e amplo poder para definir todas as esferas da vida social, não só a econômica. Os fundos de capital, os títulos, a liquidez imediata, a fluidez das aplicações globais e o triunfo do capital financeiro sobre o produtivo são as notas principais dessa nova configuração dos padrões de acúmulo de capital, juntamente com a formação de blocos econômicos, de grandes conglomerados financeiros e empresariais. Observa-se, portanto, que a proposta de construção da Rede IUS ocorre no momento dessa nova configuração do capital, isto é, no contexto da “mundialização do capital”,

de cunho financeiro, quando se assiste aos primeiros aportes de capital de grupos interessados em constituir conglomerados econômico-educacionais.

A nota marcante desta tendência hoje hegemônica é a redução do Estado e o abandono da concepção de Estado do Bem Estar Social, a fim de se ampliar o campo de exploração econômica, criando-se novos mercados. O Estado passa a ser um órgão regulador das atividades do mercado e, este sim, incorpora todas as funções de agente promotor do desenvolvimento e do bem-estar dos cidadãos, ou melhor, consumidores-clientes, regidos pela lei da oferta e da procura. Neste âmbito, antigos direitos, segundo Chauí (apud SGUISSARDI, 2003, p. 1), passam a ser tratados como serviços a serem ofertados pelo mercado e consumidos pelos cidadãos-clientes. Entre eles a educação.

Na avaliação de Sguissardi (2003, p. 2), uma série de aparatos jurídicos e contratuais é posta em funcionamento para garantir um novo relacionamento entre a sociedade, o Estado e a universidade, a fim de garantir a preponderância dos meios de produção e dos interesses mercadológicos na definição dos rumos e modelos de concepção da universidade. Novamente acontece uma reforma universitária empreendida não do interior da universidade, não a partir dos sujeitos que a compõem, mas imposta, desta vez, pelo capital. Destarte, aquilo que era direito, que era público, passa a ser serviço, passa a ser privado. Por isso Sguissardi (2004) caracteriza esta concepção de universidade como “neoprofissional, heterônoma e competitiva”: a universidade absorve as características do mercado e passa a servir a seus interesses e necessidades.

Oliveira (2002, p. 27) analisa, por exemplo, como os interesses do mercado influenciam a escolha e a predominância de áreas e temas de pesquisa dentro da universidade, ocorrendo o detrimento de temas talvez

irrelevantes para o capital, mas primordiais para a promoção e alargamento das bases sociais e culturais da nação. Assim, os interesses do capital moldam o tipo de ciência que é construído em uma universidade que é, neste cenário, predominantemente um agente instituído pelo mercado e que, a partir da concepção da teoria do capital humano, visa não a constituição de cidadãos e de uma sociedade humanizada, mas simplesmente a produção de mão-de-obra qualificada, capaz de alimentar as estruturas produtivas do mercado. Esse processo, segundo Oliveira (2002, p. 32ss), determina as relações entre os cientistas, a produção do conhecimento, sua avaliação e a sua circulação e usufruto. Tudo na universidade passa a ser concebido em termos de mercadoria e não como bens culturais de acesso universal.

Salmeron (2002, p. 5) frisa muito bem que esta pressão pela mercantilização da educação superior é global e está sendo gestada e consolidada no âmbito dos organismos internacionais chamados de multilaterais, mas que na verdade assumem e defendem os interesses dos países centrais. Dentre estes, assume um papel fundamental o Banco Mundial. Uma das estratégias desse banco e de seus aliados é, segundo Ianni (1997, p. 30-35), a satanização do sistema educacional público, que visa retirar-lhe a credibilidade e instaurar uma nova ordem que induz à privatização, profissionalização e à concepção da universidade em termos de administração, racionalidade financeira e administrativa e a serviço do tecnicismo, sem um horizonte humanístico maior. Nos acordos e rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio – OMC, a educação está sendo concebida como um serviço por pressões de grupos financeiros que desejam ampliar suas atividades educacionais para os países emergentes, pois sendo a educação uma mercadoria ou serviço, deixa de ser um direito



dos cidadãos e uma responsabilidade do Estado para ser uma atividade a se explorar economicamente.

Nesse sentido pode-se afirmar que a existência das IUS é consequência das políticas públicas gestadas internacionalmente e assumidas pelos Estados nacionais, especialmente os periféricos, que nas últimas décadas, devido ao processo de globalização, precisaram atender a demanda por educação superior por conta da necessidade de qualificação de mão de obra exigida por um novo paradigma de produção: o conhecimento como fator econômico decisivo.

A expansão das IUS e o seu perfil composto preponderantemente como instituições isoladas voltadas mais para o ensino do que para a produção do conhecimento é consequência dessa política global de expansão da educação superior pela via privada com vistas a não onerar o Estado, criando-se, inclusive, instrumentos e formas para a exploração econômica dessa demanda. Porém, mesmo inseridas nesse processo, as IUS pretendem ser portadoras de uma proposta e de uma concepção singulares de educação superior capazes de diferenciá-las do movimento privatista e capitalista em curso. É essa pretensão que estará na base da decisão de constituir a Rede IUS como fator de manutenção e fortalecimento da identidade católica e salesiana num processo dialético com o contexto mais amplo das políticas educacionais globais bem como diante da nova realidade da mundialização econômico-social.

Na dialética desse processo, enfrentarão um desafio relevante para suas pretensões: localizadas em países do “terceiro mundo”, as IUS colocam-se o objetivo de atender a demanda por educação superior, focando-se na juventude das classes menos favorecidas. Porém esse objetivo traz muitos desafios e contradições uma vez que a busca de qualidade nos

serviços educacionais gera custos muito altos e a falta de recursos dessas classes, impedem que de fato aconteça a meta proposta, a não ser de maneira marginal, isto é, a juventude das classes populares acabam sendo presença menor entre os alunos. Os dados socioeconômicos dos alunos demonstram isso, conforme gráfico 03. O próprio Diagnóstico reconhece esta situação de contradição:

Cremos que alguns projetos institucionais das IUS são impossíveis ou ao menos difíceis de realizar por conta de suas utopias, isto é, projetos a favor das classes sociais desfavorecidas em países pobres e que se propõem ofertar serviços acadêmicos de qualidade que têm sempre altos custos. Isso leva ao fracasso a iniciativa ou à frustração da Congregação como instituição promotora se tais projetos são redirecionados, para sua sobrevivência, para as classes mais abastadas (IUS, 2001a, p. 7).

Se ao longo da sua história a Congregação logrou atender as classes populares, predominantemente de operários, em suas escolas profissionais e escolas de níveis primário e secundário, bem como através de suas atividades religiosas nas paróquias em que está presente, o mesmo não está acontecendo em suas instituições de educação superior, ao menos na mesma intensidade. No gráfico 04 fica evidente o ponto fraco das IUS quanto ao problema do financiamento: as fontes principais de financiamentos advêm das taxas acadêmicas vindas dos alunos, isto é, mensalidades. E os montantes são expressivos, devendo os alunos possuir poder econômico suficiente para arcar com os custos. Na verdade as IUS são dependentes exclusivamente das mensalidades pagas pelos alunos. Os demais itens da receita são irrelevantes. Observando o gráfico e considerando-se os dados do IUS Report, para 14 das IUS as mensalidades correspondem a mais de 90% de suas receitas. Para sete outras o percentual é um pouco menor, mas não

deixa denotar dependência: varia entre 88,52% e 67,25% (IUS, 2001b, p. 67).

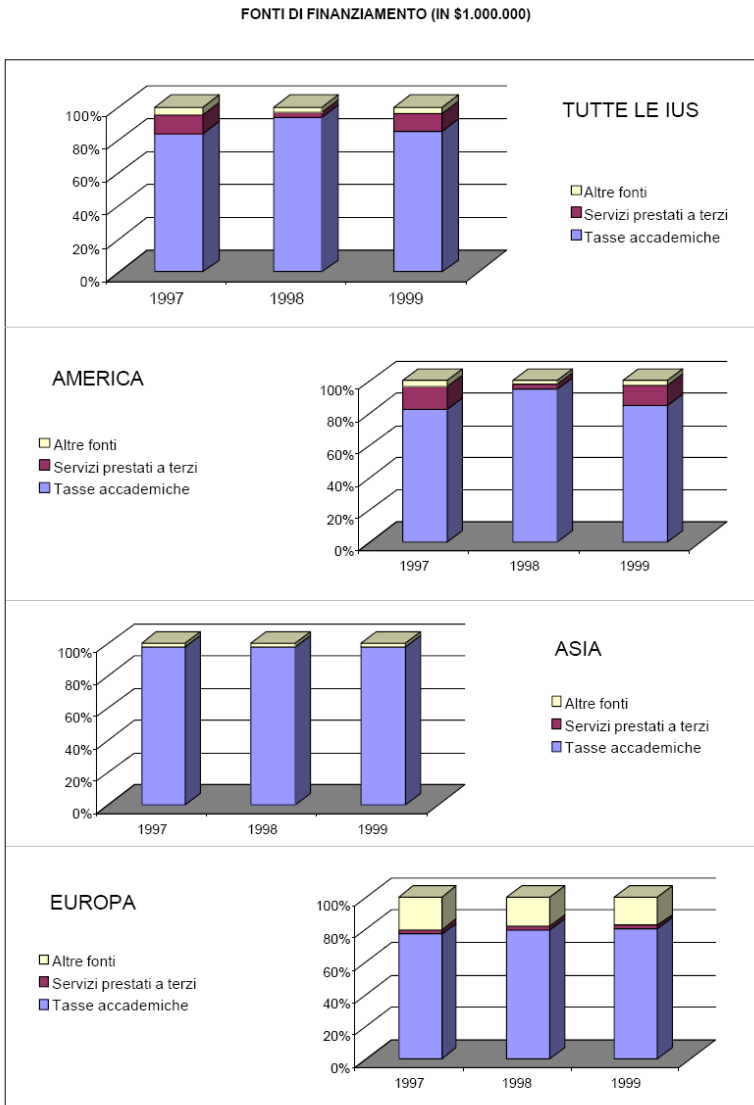


Gráfico 03 – *Fonti di finanziamento (in \$1.000.000).*

Fonte: IUS (2001b, p. 319).

Essa dependência das mensalidades assume um ponto crítico na medida em que põe as IUS na impossibilidade real de atender classes menos favorecidas como proclamam em seus ideais e, por outro lado, a configuração de um cenário mercantilista para a educação superior que tende atualmente para o empresariamento, inclusive com a formação sociedades anônimas exploradoras desses serviços globalmente, trazem sérios riscos para a sobrevivência dessas instituições que, apesar do crescimento indicado, começa a sentir, especialmente no Brasil, o esgotamento do ciclo expansionista e já acumula altos índices de ociosidade de vagas e decréscimo nas receitas.

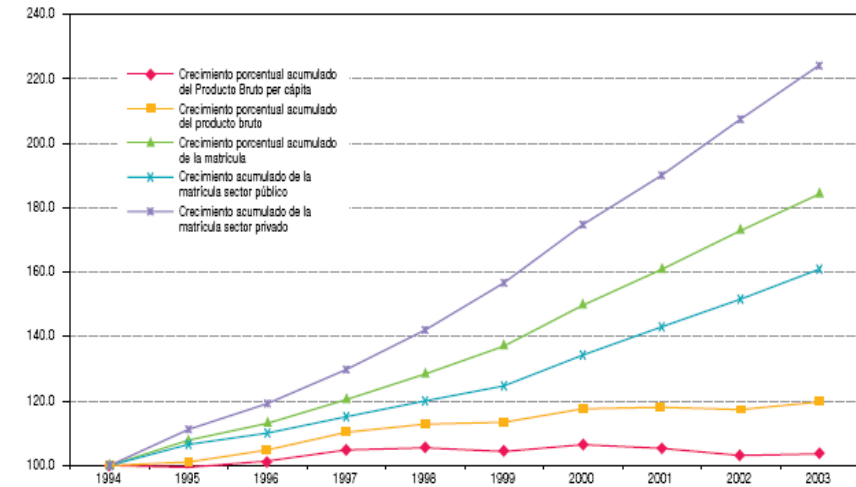
Os dados de receita que se referem ao período de 1997 a 1999, auge do movimento de expansão, são positivos e indicam variação de superávit entre 11,50% e 30% (IUS, 2001b, p. 66). São margens positivas, mas pequenas e acrescente-se que no período analisado pelo IUS Report houve instituições com índices ainda menores, variando entre 1,31% e 5,86% o que revela prejuízos. Há casos isolados, duas instituições, em que o superávit atinge 50% (IUS 2001b, p. 65-66). É importante notar que nesse período três quartos da receita total de todas as IUS provieram das IUS das Américas cuja maioria absoluta está na América Latina, região onde as políticas de privatização têm sido mais agressivas e, ao mesmo tempo, região que possui maiores índices de exclusão da educação superior e também de precariedade econômico-social (IUS, 2001b, p. 65).

Comparando as receitas com as despesas inerentes às atividades acadêmicas, mesmo num cenário ainda positivo, 11 IUS apresentam uma folha de pagamento que ultrapassa 70% da receita, o que é preocupante. O restante trabalha com uma folha de pagamento que consome em torno de 65% e 50% da receita. Outros itens importantes de despesa como pesquisa e

extensão são menores, refletindo já certo comprometimento da receita com outros itens tais como manutenção, investimentos em equipamentos e construções. As despesas com pesquisa consomem, na média, não mais que 7% da receita. Há um caso isolado de gastos em torno de 20% da receita. Investimentos em extensão são ainda menores: atingem uma média de 4% da receita. Há um caso isolado de gastos em torno de 14% da receita (IUS, 2001b, p. 69-70). Esses números indicam que, se em um cenário favorável, as receitas são comprometidas principalmente com folha de pagamento, restando pouco para atividades de pesquisa e extensão, a tendência é de se desenhar um quadro crítico nos momentos desfavoráveis. Uma vez que a Rede IUS pretende assumir perfil de educação superior entendida em termos clássicos da universidade que produz pesquisa e extensão, esse equilíbrio financeiro tende, de fato, a ser quebrado. Pode-se afirmar, portanto, que a Rede IUS não possui lastro financeiro suficiente para empreender a implantação de um modelo de educação superior que projete suas instituições no campo da pesquisa, a menos que se encontrem outras fontes de financiamento para esse projeto.

Não obstante o Brasil apresentar os maiores índices de privatização e uma das menores taxas de escolarização líquida na educação superior entre os países da América Latina, a problemática da qualidade, do financiamento e da inclusão não é exclusividade de seu sistema de educação superior: abrange também os demais países da região, ainda que de formas diferenciadas. O gráfico seguinte mostra a evolução das matrículas no conjunto da América Latina e Caribe e deixa patente que a expansão mais acentuada ocorreu via setor privado.

■ Gráfico 1.1 Esfuerzo social (hogares y gobierno) en la educación superior



Nota: Cálculos propios con fuentes de CEPAL a precios constantes y de IESALC

Gráfico 04 – Esfuerzo social (hogares y gobierno) em la education superior.

O Plano de Ação da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe (CRES, 2008, p. 2) estabelece: “Promover a expansão da cobertura na Educação Superior, tanto em estudos de graduação como de pós-graduação, com qualidade, relevância e inclusão social”. Para a implementação dessa meta, o Plano de Ação CRES (p. 2) recomenda aos governos:

Incrementar a cobertura com padrões de qualidade adequados, até alcançar a meta de 40% até o ano 2015, levando em consideração que a cobertura bruta média para a região é atualmente de 32% e a média dos países desenvolvidos é de 55%. Para atingir o objetivo, é necessário que cada país defina metas nacionais de aumento da cobertura para o período, em nível de graduação e pós-graduação, assim como estratégias para promover a desconcentração geográfica da oferta, promovendo um esforço convergente entre os governos da região.

Dessa maneira pode-se afirmar que a inclusão é uma prioridade para a região a ponto de tornar-se uma das cinco diretrizes do Plano de Ação da Conferência Regional. Quanto à problemática do financiamento, que engloba os debates sobre o sistema público e o privado, o Plano de Ação CRES 2008 reconhece a necessidade de investimentos do setor público com vistas a recuperar o sistema público de educação superior dos países da região, de maneira que tenham a capacidade de oferecer maior número de vagas:

Aumentar os orçamentos estatais para a Educação Superior, promovendo uma política de recuperação do setor público, especialmente em países onde existe um desequilíbrio relativo à oferta no setor privado, implementando instrumentos adequados para a prestação de contas (CRES, 2008, p. 3).

Por isso pode-se inferir que a questão do sucateamento das IES públicas e a privatização da educação superior estão na pauta dos países da região que têm se defrontado com a realidade de que as IES privadas não têm condições de promover a inclusão, pois ao se buscar a democratização do acesso, deseja-se atingir as classes mais baixas, justamente as que não possuem condições de autofinanciamento. Para que isso ocorra é necessário, na visão da Conferência Regional, ampliar o aparato das políticas públicas de inclusão:

Ampliar as políticas de inclusão para o ingresso na graduação e pós-graduação e prover novos mecanismos de apoio público aos estudantes (bolsas de estudo, créditos educativos, residências estudantis, serviços de saúde e alimentação, assim como o acompanhamento acadêmico e a orientação vocacional e profissional), destinados a gerar equidade, diminuir a deserção, melhorar o desempenho dos estudantes, suprir deficiências de formação e promover a inclusão digital (CRES, 2008, p. 3).

## CONCLUSÕES

Pode-se concluir que o desconhecimento pelo governo central da Congregação, constituído pelo Reitor Mor e pelo Conselho Geral que o assessora, de toda a realidade e complexidade das IUS como também problemas de inadequação com a missão da Congregação; de formulação desapropriada da própria imagem como instituição de educação superior; o crescimento acelerado e a novidade dessas instituições no conjunto das obras da Congregação, desencadearam, no governo central um processo de reflexão e uma vontade de atuar de maneira diferente em relação a essas instituições.

Transpareceu, pelas análises, que a Congregação pretende construir um projeto de atuação conjunta e o primeiro passo dado para esse fim foi o de conhecer a realidade das IUS o que foi alcançado pela construção do IUS Report. Pelas análises desse documento referencial, percebeu-se que se trata de instituições variadas em seu formato jurídico, presentes em três continentes. Pelo perfil de sua evolução histórica ficou demonstrado que elas estão ligadas ao processo de ampliação da iniciativa privada na educação superior, sendo que seus índices de maior crescimento dão-se justamente nos anos de 1990 a 2000, período em que ocorre a implantação das reformas educacionais mundialmente, orientadas por políticas de privatização e redução da presença do estado na educação superior e a conseqüente formação do mercado educacional mundializado.

Encontraram-se, ainda, indícios de que esse movimento de privatização influenciou a tomada de decisão da Congregação em constituir com as IUS uma rede internacional com vistas a fortalecer sua atuação,



manter a identidade de sua concepção de educação superior e proteger-se da visão mercadológica da educação.

Simultaneamente explicitou-se que a expansão das IUS beneficiou-se das políticas educacionais uma vez que sem abertura por elas proporcionadas não encontrariam espaço para sua existência. Essas políticas também influenciaram o perfil institucional das IUS uma vez que a expansão favoreceu a diversificação das instituições de educação superior. Pelos dados notou-se que entre as IUS encontramos universidades, faculdades isoladas, centros universitários e faculdades ligadas a universidades. Frisou-se que essa última categoria não é contemplada no Brasil enquanto que as faculdades isoladas são exclusividade brasileira. Notou-se ainda que das 43 instituições, apenas 11 são universidades, sendo que os dados do IUS Report consideram um centro universitário como universidade. Esse perfil do conjunto da rede acompanha a diversificação das instituições como uma característica da educação superior em tempos de mundialização do capital:

Uma outra tendência observável em distintas regiões do globo é a diversificação institucional. A diversidade institucional tem um valor muito elevado, que os Estados tratam de manter e respeitar. A lei da sobrevivência a que as instituições estão submetidas gera um regime exarcebado de competitividade entre elas e os diversos sistemas de educação superior. Tanto pela ampliação das demandas por mais vagas quanto por estratégia de sobrevivência, emergem mais e novos tipos de organização. A expansão diversificada se dá por criação de novas instituições de modelo diferenciado e por transformação das antigas. Essas novas instituições devem agora adaptar-se a diversificadas demandas externas, muitas delas também de tipo novo (SOBRINHO, 2003, p. 169-170).

Essa diversificação provocou o crescimento de instituições não universitárias que passaram a deter um número expressivo de matrículas. É o

que se observa, por exemplo, na América Latina e Caribe, como demonstram o gráfico que se segue, reforçando a afirmação de que o perfil diversificado que a Rede IUS segue está determinado por esse contexto maior.

■ Gráfico 13.2 Índice de Crecimiento de la Matrícula Universitaria y No-Universitaria en América Latina (1994 - 2003)

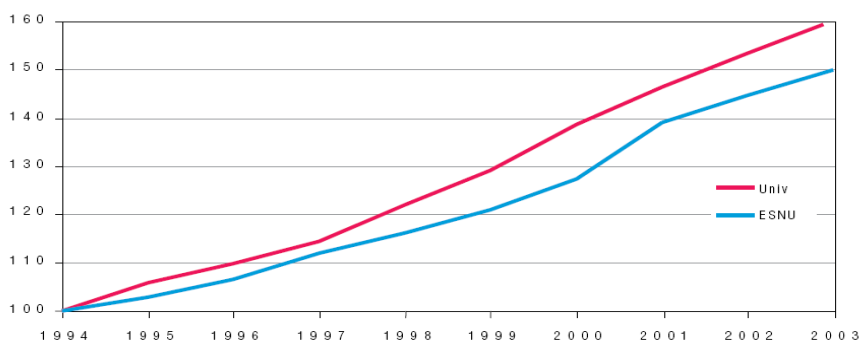


Gráfico 05 - Índice de crescimento das matrículas em universidades e instituições de educação superior não universitária na América Latina (1994-2003)

Fonte: UNESCO/IESALC (2007, p. 189).

Apesar de seu perfil diversificado, percebeu-se que as IUS perseguem um ideal de educação superior em termos clássicos, isto é, fundado no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa concepção as afasta de uma visão fragmentada do conhecimento, porém gera-lhes desafios de cunho econômico-financeiro: manter as atividades inerentes à universidade apenas com mensalidades de alunos e, ao mesmo tempo, buscar a popularização da educação superior em países periféricos onde a maioria da população jovem ainda não tem acesso a esse nível de educação justamente por falta de

condições econômicas e sociais adequadas, sendo os sistemas ainda elitizados apesar da forte demanda por educação superior.

Conclui-se, enfim, que as IUS estão plenamente inseridas no processo global de mundialização econômica e das políticas para a educação superior e estabelecem com esse cenário cultural e econômico mais amplo uma relação dialética ora aproximando-se e compactuando com suas tendências, ora sofrendo suas conseqüências e ora procurando distanciarem-se para auto-afirmar seus ideais e concepções.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Mariluce. UNIUI: expressão do segmento comunitário. In: MOROSINI, Marília. **A**

**universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006. p. 277-292.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRES. **Plano de Ação – 2008**. Disponível em:

<<http://www.iesalc.unesco.org.ve/docs/boletines/boletinno168/planodeacao.pdf>>. Acesso em: dez. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2004**. 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2011.

IANNI, Octávio. A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade. **Revista**

**Universidade e Sociedade**, São Paulo, n.12, p. 30-35, fev. 1997.

IUS. Instituições Universitárias Salesianas. **Diagnóstico**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Identidade das Instituições Universitárias Salesianas**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2003a.

\_\_\_\_\_. **IUS Report 2001**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Plano Comum II**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Políticas para as Instituições Universitárias Salesianas**. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2003c.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa. A ciência que queremos e a mercantilização da universidade. In: LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Cândida. **Tempos de greve na universidade pública**. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

RISTOFF, Dilvo. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. In: MOROSINI, Marília. **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: INEP, 2006. p.37-52.

RIVEROS, Luis A. **Retos y dilemas sobre el financiamiento de la educación superior en America Latina y el Caribe**. Caracas: UNESCO/IESALC, 2004.

SALMERON, Roberto A. Escola privada e universidade pública. In: LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Cândida. **Tempos de greve na universidade pública**. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** São Paulo: ANPed, 2003. ( GT: Política de Educação Superior). 1 CDRom, p. 1-18.

SILVA JR., João dos Reis; LIMA, Carlos. A Educação Superior é mercadoria ou direito no âmbito da OMC, GATT E AGCS. **Série Estudos**, Campo Grande: UCDB, n. 6, p. 61-78, jul./dez. 2003.

SOBRINHO, José Dias. Tendências Internacionais na educação superior. Um certo horizonte internacional: problemas globais, respostas nacionais. In: GISI, Maria Lourdes; ZAINKO, Maria Amélia. **Políticas e gestão da Educação Superior**. Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Insular, 2003. p. 161-194.

UNESCO/IESALC. **Informe sobre la Educación Superior en América Latina y el Caribe 2000-2005: la metamorfosis de la educación superior**.

Venezuela: Unesco/Iesalc, 2007. Disponível em:  
<<http://www.iesalc.unesco.org.ve>>. Acesso em: 26 mar.2009.

\_\_\_\_\_. Boletín IESALC informa n° 183 março 2009. Disponível em:  
<<http://www.iesalc.unesco.org.ve>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

VECCHI, Juan Edmundo. Carta Circular de Oito de Dezembro de 1997.  
**Atos do Conselho Geral**. Roma: Direção Geral Obras de Dom Bosco, n.  
362, p. 90, 1998.